

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2016

---Aos vinte e oito dias do mês de Abril de 2016, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Vila Franca de Xira, no Auditório da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, sito na Rua Dr. Vasco Moniz, n.º 27/29. -----

---A Sessão teve início pelas vinte e uma horas e dez minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

---Período antes da Ordem do Dia;-----

---Ponto 1 – Informação Escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia;-----

---Ponto 2 – Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas e relatório de gestão referentes ao ano de 2015;-----

---Ponto 3 – Aprovação da 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento da Receita e da Despesa 2016;-----

---Ponto 4 – Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais (situação em 31 de Dezembro de 2015);-----

---Ponto 5 – Aprovação da 1.ª Alteração ao Regulamento de Taxas e Preços da Freguesia de Vila Franca de Xira.-----

---Período para intervenção do público.-----

---Estiveram presentes: -----

-Pela Coligação Democrática Unitária:-----

Alice Maria das Dores Grazina, 1.ª Secretária da Assembleia de Freguesia;-----

José Carlos de Oliveira Machado, em substituição do Sr. José Miguel Grazina Machado;
André Manuel Branco Nunes; -----

Francisco dos Santos Banza; -----

Rui Fernando Carinha da Conceição; -----

Carlos Miguel Pacheco Barroso. -----

-Pelo Partido Socialista: -----

Ana Cristina Simões dos Santos, 2.ª Secretária da Assembleia de Freguesia; -----

Arnaldo Manuel Marques; -----

João Mamede Trindade Abrantes; -----

Isabel Maria Alves Estevinha; -----

Maria do Rosário Costa Silva Carvalho da Mata. -----

-Pela Coligação Novo Rumo: -----

António José de Matos Oliveira, Presidente da Assembleia de Freguesia; -----

Júlia Luísa Vareta de Matos Ponce Dentinho, em substituição de Miguel Ângelo da Silva Morgado Falcão.-----

-Pela Junta de Freguesia: -----

Mário Manuel Calado dos Santos, Presidente;-----

Manuel António Fachada Cavacas, Tesoureiro;-----

Maria Isabel Gomes da Costa Barbosa, Secretária;-----

João Manuel de Oliveira Pereira da Conceição, Vogal;-----

Maria Manuel Pinto Mota Saldanha, Vogal.-----

---No público estavam presentes oito elementos.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia começou por cumprimentar todos os presentes-----

---De seguida, chamou a Sr. Júlia Dentinho para tomar posse em substituição do eleito Miguel Falcão.-----

---Informou que o Sr. José Machado irá tomar posse em substituição do eleito José Grazina Machado mas está atrasado. No entanto, e uma vez que existe quórum, irá dar

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

início aos trabalhos e assim que chegar tomará posse.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia colocou a acta da sessão ordinária de 16 de Dezembro de 2015 em discussão.-----

---Uma vez que não houve pedidos de intervenção, a acta foi colocada a votação tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção da CNR.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia deu início ao Período antes da Ordem do Dia.-----

---Foi dada a palavra à Sr.ª Ana Cristina Santos que passou a ler uma declaração (EM ANEXO) na qual apresenta a demissão das funções de 2.º secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia, tendo de seguida ocupado o seu lugar na bancada do Partido Socialista.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse que este pedido de demissão será apreciado pela Mesa e terá a resposta que eventualmente for acordada depois dessa análise. A Assembleia pode continuar os seus trabalhos com a sua presença e a da 1.ª secretária na Mesa, pelo que continuarão a ordem de trabalhos que estava prevista para esta sessão.-----

---Foi dada a palavra ao Sr. Francisco Banza que leu uma Moção intitulada "40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, 25 de Abril e 1.º de Maio". (EM ANEXO).-----

---O Sr. Presidente da Assembleia informou que esta moção passará a designar-se por moção A.-----

---Interveio o Sr. João Trindade para dizer que a bancada do PS na Assembleia de Freguesia se congratula com a forma como este Executivo tem divulgado e mantém a divulgação de algumas remodelações que tem feito na freguesia e que estão patentes quer no boletim informativo, que nos outdoors 8x3 que estão distribuídos um pouco por toda a freguesia. É uma iniciativa de louvar, o Executivo da CDU ter deitado mão a algum património que é cultural e histórico da freguesia. Sobretudo, porque o Executivo tomou uma decisão que, ainda que discutível, lhe parece razoável e que é o facto de ter aproveitado um subsídio da Câmara Municipal, no montante de 25.000€ para com ele fazer este trabalho que em muito dignifica a freguesia. Não obstante o trabalho realizado, e é óbvio a forma como as coisas são apresentadas, desde logo os fontanários está à vista de toda a gente e não merecem qualquer reparo em termos de embelezamento. A questão que a bancada do PS queria colocar e que vem no seguimento de outras questões que já foram colocadas a esta Assembleia, tem a ver com o custo de toda esta divulgação (para não lhe chamar outra coisa), que o Executivo tomou por bem fazer quer nos outdoors 8x3 e também porque estão vertidos no boletim informativo. Gostaria também de perguntar ao Executivo qual é que é o montante de utilização financeira para os boletins informativos. Gostaria ainda de saber o que é que foi feito aos placards que davam como certa a requalificação de um jardim com uns senhores muito sorridentes e que já obtiveram a informação pelo Executivo que tinham custado cerca de 4.000€. E para quando está prevista essa promessa da construção ou reformulação do jardim do Bom Retiro.-----

---O Sr. André Nunes disse que antes de passar à leitura da moção, gostaria de dizer que a bancada da CDU ficou espantada ao ouvir estas questões relacionadas com custos e benefícios colocadas pelo eleito João Trindade, quando um dos pontos da ordem de trabalhos é a apreciação de contas de 2015. Não sabe até que ponto faz sentido discutir isso no período antes da ordem do dia.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse que se encontram no Período antes da Ordem do Dia e a responsabilidade das intervenções é das bancadas. Se a bancada do PS entende intervir em assuntos que lhes interessa discutir, as outras bancadas têm exactamente o mesmo direito. Enquanto estiverem no Período antes da Ordem do Dia,

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

podem comentar aquilo que entenderem por útil para esta Assembleia.-----

---O Sr. André Nunes passou então a ler a Moção "Pela reposição das freguesias" (EM ANEXO).-----

---Interveio a Sr.ª Júlia Dentinho para ler um voto de pesar pelo falecimento de Fernando Palha (EM ANEXO).-----

---Foi dada a palavra ao Sr. Carlos Barroso que começou por pedir desculpa pela sua demora e ter atrasado o início dos trabalhos. De seguida, apresentou uma saudação pelo sucesso da vilafranquense Leonor Teles (EM ANEXO). Gostaria de questionar o Sr. Presidente da Junta, pois há cerca de duas semanas teve conhecimento que foram iniciados os trabalhos de obra no parque desportivo do Bom Retiro e, hoje, numa das suas caminhadas matinais, constatou que foram de facto executados trabalhos naquela zona do Bom Retiro e, em especial, no parque desportivo. Pensava que fosse algum trabalho de desmatção, à semelhança daquilo que anteriormente foi feito por esta Junta, no sentido de manter o espaço com alguma dignidade e salubridade e permitir ainda o uso do mesmo. Eis que para seu espanto, o parque desportivo foi desvirtuado e desmantelada toda a estrutura que o definia como recinto fechado para a prática desportiva. Pese embora fosse do conhecimento de todos os fregueses, principalmente dos habitantes daquela zona, que a mesma infraestrutura carecia de uma intervenção rápida no sentido da segurança e cujos ferros não estavam em condições para os utentes, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente se a Junta de Freguesia recebeu alguma informação que iriam lá ser realizados trabalhos. Leu também num órgão de comunicação social da região, que a Câmara voltou a falar da questão dos projectos e que já terá alguma démarche para o local. Gostaria de saber se a Junta foi informada nesse sentido, até porque o presidente Alberto Mesquita faz menção nesse órgão de comunicação social que tinha enviado à Junta de Freguesia dois projectos e que à data da notícia desse jornal, que salvo erro seria de 02 de Março de 2016, a Junta de Freguesia não se tinha pronunciado sobre nenhum deles. Estas são as palavras que foram escritas na notícia. Se são assim ou não, só o próprio poderá esclarecer.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia colocou à discussão a Moção A, apresentada pela bancada da CDU.-----

---Não havendo pedidos de intervenção, a moção foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---De seguida, foi colocada à discussão a Moção "Pela reposição das freguesias", apresentada pela bancada da CDU.-----

---Uma vez que não houve pedidos de intervenção, a moção foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria com onze votos a favor (6 da CDU e 5 do PS) e dois votos contra da CNR.-----

---Chegou a eleita Isabel Estevinha que tomou o seu lugar na bancada.-----

---O voto de pesar apresentado pela CNR, bem como o documento de saudação a Leonor Teles também mereceu a anuência das bancadas.-----

---Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta para responder às questões colocadas pelas bancadas. Relativamente à questão colocada pelo Sr. João Trindade, agradeceu o reparo positivo que fez à elaboração do boletim informativo, o qual se insere numa estratégia de comunicação que esta Junta achou por bem levar a cabo, na senda daquilo que acontece com outras autarquias, nomeadamente com a Câmara Municipal, naturalmente a uma escala menor e que não tem qualquer comparação. Os outdoors que refere são da propriedade da Junta de Freguesia. Relativamente à referência que fez dos 25.000€ que a Câmara terá atribuído à Junta de Freguesia, gostaria de corrigir pois são 15.000€ e estão na prestação de contas. O investimento da Junta não se reduziu simplesmente a estes 15.000€. São cerca de 34.000€ o investimento que a

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

Junta fez. Foram muito mais para além da quantia dos 15.000€. Parece que o investimento da Junta se teria reduzido ao montante do apoio que foi dado pela Câmara Municipal no final do ano, aliás como deu a todas as Juntas de Freguesia. Também é público que é um pouco responsável por essa situação mas não se envergonha nada disso, bem pelo contrário. Foi uma forma da Junta de Freguesia ter neste ano que passou, uma maior capacidade de investimento à semelhança do que aconteceu com as juntas de freguesia do concelho. Relativamente à questão do Sr. Miguel Barroso, disse que há bastante tempo, quase no início do mandato, foram apresentados ao Executivo da Junta projectos, nomeadamente do polidesportivo do Bom Retiro e do arranjo global da zona envolvente do silo automóvel por baixo da autoestrada. Foi-lhes também apresentado um desenho relativo ao espaço entre o caminho velho e a estrada 248, onde irá existir, segundo a Câmara Municipal, uma bolsa de estacionamento que faz de facto falta. Aquilo que aconteceu, foi que a Câmara na apresentação daqueles "bonecos", disse que estavam de acordo e não tinham nada a opor, acham interessante o projecto nomeadamente o polidesportivo do Bom Retiro que deixaria de ser aqueles dois elementos – o ténis de campo e o polidesportivo para as outras actividades – e ficará apenas um espaço onde será possível desenvolver todas as modalidades. Não está a ver quando é que o Sr. Presidente da Câmara enviou informação para a Junta para ser dado parecer sobre os projectos. Lamenta que isso aconteça. Não foi enviado para esta Junta de Freguesia qualquer pedido de parecer. O que lhe foi apresentado foram os desenhos e que achou uma coisa boa. Recentemente, e ficou satisfeito com essa consideração, veio de propósito do Cartaxo a um sábado, para se reunir com o Sr. Presidente da Câmara onde lhe foi apresentada (com a promessa de um dia destes mais em pormenor voltarem a ver a questão) a obra que ter início na Rua Joaquim Pedro Monteiro e Rua do Curado. Foi-lhe apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente do Smas e ficou satisfeito com essa consideração. Foi-lhe apresentado, mais uma vez, um desenho já com definições mas ainda faltando alguns pormenores para os quais eventualmente será convidado a observar quando os pormenores estiverem definidos. E foi, apenas e só, aquilo que aconteceu. Até podia o Sr. Presidente da Câmara considerar aprovados porque aquilo que fez foi dar conta aos seus colegas de Executivo desse projecto e dizer, de uma forma geral, que não havia nada a apontar, à semelhança do que aconteceu com a Rua Luís de Camões. Não veio nenhum documento a solicitar um parecer. Deve haver alguma falha de informação e também não é a primeira que acontece, não talvez por culpa do Sr. Presidente da Câmara, mas talvez por culpa de outros. Verbalmente, a Junta de Freguesia, através de si, disse ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador José António de Oliveira quando lhe apresentaram o projecto da Rua Luís de Camões *"Sim, senhor. Genericamente achamos que não há aqui nada a apontar de grave. É uma obra boa, interessante, que faz falta a Vila Franca. Da parte da Junta está tudo bem."* Foi informado pessoalmente, foram-lhe mostrados os documentos em forma de desenho dos projectos que aqui referiu. Apenas e só isso, nada mais.-----

---O Sr. João Trindade disse que efectivamente foi um lapso quando referiu 25.000€ em vez de 15.000€ e como referiu o Sr. Presidente da Junta, foi público quer a atribuição desse valor, quer a utilização que lhe foi dada por parte da Junta de Freguesia. Ouviu com atenção a resposta do Sr. Presidente à bancada da CDU no que respeita a uma suposta informação jornalística, quando todos estão recordados que essa mesma informação jornalística, em determinada altura, deu informação de quanto teria sido aplicado por parte da Junta de Freguesia quer nas obras, quer na promoção ao Natal naquela diversão para as crianças que foi feita junto à Câmara Municipal. Isso

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

também foi amplamente divulgado e debatido. As questões do investimento estão perfeitamente catalogadas e descritas. Agradece ao Sr. Presidente que o tenha esclarecido, mas aquilo que perguntou foram valores. Queriam saber quais os valores que tinham sido aplicados, nomeadamente nos outdoors. Que os outdoors são da Junta, já o sabe. Não tinha era conhecimento que a Junta, para além dos outdoors, também tivesse a informação que é lá publicada. Essa informação, a menos que seja feita numa fotocopiadora, o que não lhe parece que seja o caso, terá um preço, um custo. E era exactamente esse custo que queria saber, tal como o custo do boletim informativo, que sendo uma estratégia de comunicação da Junta, é respeitável enquanto acção de propaganda ou de dar a conhecer aquilo que é bem feito, e tiveram a humildade de reconhecer que daquilo que está no boletim muito disso foi feito da forma que foi feito e com o dinheiro que foi feito, que não vale a pena referir. A única coisa que queriam reportar era os custos. Se essa informação é possível, se está ou não está documentada. Por outro lado, também ficou por esclarecer os custos da tal propaganda ou da informação do jardim do Bom Retiro que esteve durante tanto tempo aplicada e depois acabou por desaparecer do sítio. Aproveita ainda esta intervenção para dizer que há duas ou três sessões atrás, foi levantada uma questão pela bancada da CDU relativamente à forma lastimosa como o jardim Constantino Palha estava a ser mantido, que as flores e arbustos estavam a morrer e que o terreno estava árido sem plantação, sem reflorestação. Na altura, a bancada do PS manifestou a vontade de saber qual seria a resposta da Câmara ao pedido de informação por parte do Executivo. Na sessão seguinte, por sua interpelação e da bancada do PS, foram informados que ainda não havia resposta por parte da Câmara e que esse pedido de informação à Câmara não tinha sido feito. Gostaria por isso de saber se já foi enviada essa comunicação à Câmara Municipal e se já há alguma resposta.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse que teve algumas conversas com o Sr. Presidente da Câmara. Quanto às questões relacionadas com o jardim, e sobretudo com um assunto que foi levantado e aprovado na Assembleia Municipal relativamente ao abate das árvores, a única coisa que fez foi aproveitar a oportunidade e pensa que na altura nem foi muito bem compreendido apesar de ser do conhecimento da Assembleia Municipal que haveria aquela intervenção no jardim de remodelação ou substituição de alguns elementos arbóreos. Apesar disso, o lamento que fez foi apenas e só que na altura de isso acontecer, seria de bom-tom a Junta ser informada no sentido de que não aconteça como de facto veio a acontecer em que as pessoas vêm árvores a ser abatidas ou cortadas e vêm à Junta questionar. O facto de aquilo acontecer era do conhecimento da Junta de Freguesia e de si próprio, enquanto elemento da Assembleia Municipal. A única crítica que fez foi que no momento em que isso acontecesse, que houvesse uma informação para que pudessem responder quando houvesse uma interpelação por parte de algum freguês. Relativamente às questões sobre custos, irá dar a palavra ao Sr. João Conceição para que esclareça a bancada.-----

---O Sr. João Conceição disse que para uns pode ser adjectivado como propaganda e para outros como divulgação. A Junta de Freguesia entende isto como aquilo que é próprio de uma autarquia, que é comunicar com os seus fregueses, explicar e dar a conhecer aquilo que está a ser melhorado, feito, o que acontece na freguesia. Por isso é que existe um boletim informativo, existe uma plataforma digital através do facebook, um site que foi renovado o ano passado, uma mailing list e um conjunto de divulgações que são necessárias existir tal como existem noutras autarquias que estão aqui sediadas no concelho. Os outdoors inserem-se igualmente. Têm um custo que está na prestação de contas, na conta 2217. Não são os 4.000€ que o Sr. João Trindade refere. E também não tem nada a ver com os cartazes que foram retirados

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

do Bom Retiro pois em nenhum momento esses cartazes disseram que iria existir uma intervenção particularmente naquele local. O que dizia era "Junta em acção". E porque é que estava em acção? Porque havia pinturas de passeadeiras naquele sítio, porque havia remodelação de passeios naquela zona e também construção de passeios onde antes só havia terra, junto a um ecoponto, a uma ilha ecológica colocada pela Câmara Municipal que depois não completou a restante parte do passeio, mas a Junta foi lá e completou e os moradores reconheceram isso. A partir do momento em que todas as reabilitações foram feitas naquela zona em concreto, fez sentido retirar aqueles cartazes porque a Junta naquele momento, ali, já não estava em acção. Quando voltar a estar em acção no Bom Retiro, seja ali ou noutra sítio qualquer, os cartazes aparecerão, tal como estiveram em Povos quando lá estiveram em acção. Têm recursos parcos, não têm dinheiro como uma autarquia grande, e como tal têm que o poupar. Então, vão colocando o mesmo cartaz em vários pontos consoante vão fazendo intervenções. Quanto ao custo da publicidade, é apenas 4% relativamente àquilo que foram os proveitos na publicidade. Se forem à prestação de contas constatam que são 86.000€ e gastaram 4% na divulgação da informação à população daquilo que é a acção da Junta.-----

---O Sr. André Nunes disse que a bancada da CDU não irá alimentar este pedido que está a ser levado a cabo pela bancada do PS, no sentido de esvaziar um ponto da ordem de trabalhos que é a apreciação das contas de 2015 e a gestão da Junta no ano que passou. A sua intervenção é no sentido de colocar alguma ordem na Assembleia visto que, neste momento, têm todos os eleitos presentes e a renúncia da 2.ª secretária, propondo assim que o PS nomeie uma nova secretária tendo em conta que o lugar era de um eleito do PS.-----

---Interveio o Sr. João Trindade para dizer que lamenta, uma vez mais, que as questões colocadas pela bancada do PS não tenham sido correcta e objectivamente respondidas. Cada vez que fazem perguntas, e se forem ao passado, sabem qual é a resposta do Executivo – normalmente é: "está no papel, vão lá ver, vão consultar" e é assim que o Executivo da CDU os tem habituado e tem, de forma democrática, respondido às questões que a bancada do PS tem levantado nesta Assembleia. O Sr. Presidente disse mais do que uma vez nesta Assembleia, que as obras de requalificação do jardim do Bom Retiro eram para ser efectuadas. Disse, inclusivamente numa das sessões, e consta das actas, que essas obras iriam ser iniciadas em Fevereiro, reportando-se a Fevereiro deste ano. O valor de 4.000€ daqueles cartazes que foram postos no Bom Retiro, também foi aqui nomeado. Quando se levantou essa questão, era exactamente quanto à requalificação do jardim do Bom Retiro. Ficam então a saber que não há valores dos outdoors, não há requalificação, não há datas, não há respostas. Ou seja, a forma do Executivo responder às questões que são levantadas pela oposição, é não respondendo. Não vale a pena estar a chamar para a discussão o que faltava calcetar ou se havia parcelas em terra. Todos sabiam o que havia por fazer, mas estão a falar de uma questão em concreto – há ou não há valores? Há ou não há verbas? Há ou não há gastos? Quanto é que foi gasto? Se não querem responder, digam "Não respondemos. Não sabemos. Não queremos. Não podemos", mas não venham com histórias, falar em buracos, em pedras e em terras que não são para aqui chamadas. Tem ainda uma outra questão que gostaria de ver respondida pelo Sr. Presidente e que tem a ver com o trabalho de limpeza/desmatação levado a cabo pela Junta de Freguesia. Passa frequentemente numa estrada que vem dar à variante que liga à autoestrada, nos semáforos do Bom Retiro. Gostava que o Sr. Presidente da Junta passasse lá, mas aconselha a passar a pé, pois se passar de carro, a quantidade de vegetação que está na estrada é tanta

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

que corre o risco de lhe acontecer aquilo que lhe aconteceu que foi riscar o carro. Gostaria de saber há quanto tempo aquele caminho não é limpo e para quando está prevista a sua limpeza.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia lembrou que faltam dez minutos para terminar o período antes da ordem do dia e como é hábito na Assembleia, terá que ser dada a palavra ao público.-----

---O Sr. Carlos Barroso disse que na sua intervenção relativamente às obras do parque desportivo do Bom Retiro, pese embora tenha sido introduzida a questão da notícia, ficou por esclarecer se se foi comunicado à Junta de Freguesia que a Câmara ou alguém a seu mando, iria ao parque desportivo do Bom Retiro remover as estruturas metálicas que lá estavam a delimitar o espaço e os respectivos recintos.-----

---O Sr. André Nunes disse, a propósito da intervenção do eleito João Trindade, que a certa altura pensou que estivesse numa peça de teatro. Queria informar o Sr. João Trindade que aos dias de hoje, com este Executivo, o guião chega a tempo e horas. Convinha o Sr. João Trindade ler o guião antes lançar valores que não correspondem à verdade para a discussão.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse que, pelo respeito que lhe merecem todos os presentes, não irá entrar nesta diversão que normalmente o Sr. João Trindade tende a instalar cada vez que se faz uma Assembleia. A melhor e maior verdade, aquela que é absoluta e não deixa lugar a qualquer dúvida, é a que vem aqui expressa em números. Já foram dados os esclarecimentos ao Sr. João Trindade relativamente a essa matéria. Como diz o Sr. Presidente da Câmara quando algumas questões lhe são colocadas, também com abordagens parecidas à do Sr. João Trindade – “*É a vida.*” O Sr. João Trindade deveria ter essa mesma preocupação e cuidado noutros tempos, noutros mandatos, nomeadamente o anterior a este. E teria fortes preocupações. Vão ver como é que as coisas vão terminar, porque se o Sr. João Trindade tivesse tido esse rigor na apreciação dos documentos, o rigor de fazer perguntas ao Executivo da Junta da altura, se calhar não teriam acontecido coisas que aconteceram que ainda se vai ver como é que elas vão acabar. A história não está terminada ainda. Não estão aqui nenhuma omissões, não se mandam fazer obras sem cabimento, não se mandam fazer obras sem haver dinheiro para elas. Nesta Junta, não. Depois de estar como Presidente há três semanas, não vem ninguém aqui à Junta pedir “*quando é que recebo o dinheiro daquela obra?*”, nem vem aqui uma ex-presidente passadas duas ou três semanas perguntar ao actual presidente “*Isto está aqui uma coisa que não foi bem feita, agora temos que resolver isto. Não pagámos x e y àquele fulano*”. Também não é no dia das eleições, no domingo à noite, que informam o empreiteiro que fez essa obra “*deixe estar que ainda hoje vou tratar disso*”. Não fazem nada disso. Garante-lhe que este Executivo nunca fará isso. Porque isso é crime, é uma coisa de responsabilidade. Tem pena que não tenham tido esse rigor no anterior mandato. Espera que essas questões sejam rapidamente esclarecidas para que venha ao de cima a capacidade de análise e de fiscalização deste órgão por quem tem o maior respeito e consideração, mas não está aqui para alimentar diversões desse tipo. Acha que estão plena e cabalmente respondidas as questões que o Sr. João Trindade colocou. Apenas fez questão de lembrar que este rigor que os senhores estão aqui a reclamar e a dar a entender que não existe – existe. Tem pena que não o tenham feito noutras circunstâncias. Relativamente ao eleito Miguel Barroso, disse que a Junta de Freguesia não foi informada do início das obras naquele local.-----

---Foi dada a palavra à Sr.^a Isabel Estevinha que pediu desculpa por ter chegado atrasada, mas esteve numa outra reunião. Relativamente à questão que o Sr. João Trindade colocou sobre a deterioração do jardim municipal, ficou aqui a incumbência

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

da Junta solicitar à Câmara Municipal esclarecimentos sobre o porquê daquela situação e solicitar uma intervenção de recuperação desse mesmo espaço. Na sessão seguinte, foi assumido pelo Executivo da Junta que teria passado em branco e não tinham feito aquilo com que se tinham comprometido. O Sr. João Trindade colocou esta questão novamente para saber se depois de 4/5 meses teria sido corrigida essa falha e se já tinha sido feito o pedido de esclarecimento e de intervenção nesse espaço que é da responsabilidade da Câmara Municipal. O Sr. Presidente falou do abate das árvores, da informação que não tinha tido previamente, mas aquilo que deduz, e gostaria que a corrigisse caso a sua interpretação esteja errada, é que uma vez mais não foi feito esse pedido formal sobre o estado do jardim e a intervenção que é necessária.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia disse já terem chegado ao final do período antes da ordem do dia. Irá dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta para responder à questão da eleita Isabel Estevinha.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse não ter nenhum problema em assumir essa falha de, formalmente, não ter referido esse aspecto. Não sabe se a intenção será fazer com que reflecte aqui alguma incompetência da sua parte por essa falha. Se for, lamenta. Se não for, pode ser uma interpretação um pouco enviesada da sua parte. Formalmente não colocou essa questão. Em conversas, abordou aquele que é o aspecto mais delicado, na sua perspectiva e na de muita gente, e que é o abate de árvores, tendo também feito uma intervenção na Assembleia Municipal sobre esse assunto.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia deu por concluído o período antes da ordem do dia. Antes de dar a palavra ao cidadão que pediu para intervir, gostaria de esclarecer que na sequência do pedido de demissão da 2.ª secretária da mesa, optaram por levar esta assembleia até ao fim com a normalidade que é habitual e o passo seguinte será simplesmente cumprir com o que a lei determina. A lei determina procedimentos. Na próxima sessão da Assembleia, o regimento será cumprido, a lei será cumprida. Posto isto, dará a palavra ao cidadão Nuno Onça que irá falar sobre as comemorações do 25 de Abril.-----

---O Sr. Nuno Onça começou por cumprimentar todos os presentes. Disse fazer parte de um grupo informal denominado "Ases de Povos", e é em nome desse grupo que aqui vem demonstrar o seu desagrado perante a actuação do Executivo da Junta em relação às comemorações do 25 de Abril, em Povos. Gostaria de relembrar aquilo que este grupo informal, um grupo de moradores que adoram o sítio onde vivem e que querem melhorá-lo, fizeram-no no ano passado. Para isso, trouxe um documento, que se lhe for permitido irá distribuir por todas as forças políticas na Assembleia, com algumas fotografias e que ilustra o que esse grupo informal fez no ano transacto por ocasião das comemorações do 25 de Abril. Fizeram provas de atletismo, torneios de futebol com crianças, mulheres e adultos. Tiveram uma tenda temática com jogos electrónicos. Fizeram uma gincana no ringue; colocaram pinhatas; volteio a cavalo (que se calhar para muitas daquelas crianças será a única experiência do género); danças africanas, feitas por um grupo que actua em Povos; uma dança espontânea de crianças de etnia cigana. À noite tiveram animação musical e terminaram sem qualquer incidente, graças ao facto de ser organizado por um grupo informal mas que conhece os moradores e a quem estes respeitam. Este ano, Abril e a liberdade ficaram à porta daquele bairro. Ou foram condicionados. Este ano, as comemorações do 25 de Abril foram organizadas pela Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia não considerou esta actividade de 2015 de valor para a população e não considerou o grupo "Ases de Povos" digno de trabalhar em parceira com a Junta de Freguesia. As suas actividades do 25 de Abril não tiveram nem um décimo da qualidade das actividades do ano

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

passado. São um grupo informal e é pena que a Junta não tenha mecanismos legais para apoiar os grupos informais, pois só tem para apoiar colectividades já registadas. Não se enquadram no regulamento de apoio ao movimento associativo. São um grupo ainda informal, trabalham sem fins lucrativos. Infelizmente ainda não conseguiram ter capital para registar a associação, mas já têm muito bom trabalho realizado. Tem pena que a Junta de Freguesia, à semelhança do regulamento de apoio ao movimento associativo, não tenha capacidade de dar, dentro da lei, o apoio que teriam merecido. A Junta de Freguesia não tem, em sua opinião, a culpa toda. A Câmara Municipal também terá. Mas faz questão de na próxima Assembleia Municipal ir manifestar esse desagrado.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia autorizou o Sr. Nuno Onça a distribuir o documento pelas bancadas.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse que o grupo "Ases de Povos" é de facto informal mas como o Sr. Nuno Onça sabe, também é possível apoiar organizações informais. Já o fizeram no passado, nomeadamente no ano passado o 25 de Abril liderado pelo grupo "Ases de Povos" teve o efeito que teve e fez questão de lá ir fazer uma visita e presenciar. Gostou do que viu e teve oportunidade de lhe comunicar essa alegria. Contudo, o Sr. Nuno Onça quando há dias se dirigiu à Junta e fez a abordagem que fez ao Executivo, esclareceram o que havia a esclarecer. Esteve numa reunião onde lhe foi apresentado um projecto inserido no Portugal 2020, para o parque de Santa Sofia até à Quinta da Grinja e depois da Quinta da Grinja até Povos (projectos interessantes e que serão com certeza uma mais-valia para Vila Franca) e sendo verdade o que a Câmara Municipal lhe disse, a prioridade no âmbito daquela intervenção vai ser a zona do polidesportivo e a transformação daquele espaço em algo agradável, sobretudo para os jovens e crianças. Na sequência dessa reunião, abordou estas dificuldades com o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Fernando Paulo. A Câmara confirmou que também terá dito ao Sr. Nuno Onça que para a realização daquelas actividades era necessário cumprir determinados preceitos que o Sr. Nuno Onça bem sabe. Não presidiu a esta Junta de Freguesia qualquer intenção de travar seja o que for para a realização da festa. Na altura apelaram para que, havendo condições, o grupo tirasse algumas licenças que eram necessárias na Câmara, para depois a Junta permitir a emissão de outras autorizações. Apelaram para haver alguma conjugação, no sentido de se anular por uma hora uma actividade de modo a que fosse possível às crianças estarem num lado e noutro. A Junta de Freguesia festeja sempre o 25 de Abril em Povos e vai continuar a fazê-lo, se tiverem condições para isso. Não irá nunca, entrar em competição para ver quem é que faz mais ou melhor. Têm é que lembrar uma data que tem significado para todos. Vão sempre celebrar esta data com a maior dignidade possível. Foi o que fizeram. Se calhar não estiveram lá tantas pessoas como no ano passado. Estiveram aquelas que lá quiseram ir e que quiseram desfrutar daquele espaço. Entende algum desencanto do Sr. Nuno relativamente a esta matéria, mas terá sempre desta Junta toda a abertura que for possível ter relativamente às actividades dos "Ases de Povos". Em mais do que uma reunião pública de Junta tem sido enaltecido o trabalho que ali tem sido feito com os jovens. Até se disponibilizaram para, eventualmente, darem um apoio se quisessem pôr uma ou duas equipas a jogar à bola em que podiam analisar a possibilidade dos equipamentos para os miúdos. Mas nunca lhes chegou nada disso. Se calhar porque não há necessidade. Não preside a este Executivo qualquer intenção de estar a cortar ou a impedir o que quer que seja. E espera que não seja essa a ideia do Sr. Nuno Onça - que a Junta impediu as crianças de Povos de celebrar o 25 de Abril e de fazer umas corridas, ou jogar uns jogos da bola. Acha que isso é desproporcionado tendo em conta a relação que têm tido, o

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

diálogo que têm mantido ao longo destes anos que se conhecem e onde o Sr. Nuno Onça tem tido uma preponderância e alguma liderança em termos de alguma actividade junto dos jovens que é meritória e que reconhece, mas que também tem tido, naquilo que é possível a esta Junta, apoio incondicional. Ainda bem que o Sr. Nuno Onça também referiu que em sede própria, junto da Câmara Municipal, irá manifestar o seu desagrado. Ele próprio também se preocupou com isso e fez a abordagem com o Sr. Vice-Presidente da Câmara. Se no próximo ano quiser desenvolver essa actividade, com certeza que a Junta na medida das suas possibilidades, dará o apoio que estiver ao seu alcance, mas dentro daquilo que são as regras que estão estabelecidas e que têm que cumprir.-----

---Entrou-se no Ponto 1: Informação Escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia.--

---O Sr. Presidente da Junta disse que está disponível para responder às questões das bancadas.-----

---Uma vez que não houve pedidos de intervenção, passou-se ao Ponto 2: Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas e relatório de gestão referentes ao ano de 2015.-----

---O Sr. Presidente da Junta leu o relatório de gestão.-----

---Interveio o Sr. André Nunes para questionar o Executivo sobre qual o montante transferido pela Câmara Municipal em 2015 e qual a diferença para os valores transferidos em 2013, só para ficarem com uma ideia de que montantes estão a falar antes de certos eleitos tentarem tirar louros do trabalho deste Executivo.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse que irá dar a palavra ao Sr. Manuel Cavacas para responder à questão levantada pela bancada da CDU.-----

---O Sr. Manuel Cavacas disse que em 2013 não houve, da parte das transferências, uma divisão entre receitas correntes e de capital. O montante foi de 525.523,66€. Em 2015, esse valor passou para 454.493,08€. Há uma diferença de cerca de 70 mil euros. Há ainda os 15 mil euros que foram transferidos como transferências de capital. A diferença irá cifrar-se, por isso, sensivelmente nos 55 mil euros. A diferença nas transferências correntes foi na casa dos 70 mil. Em 2015 houve, como já houve em 2014, uma diferenciação entre transferência corrente e transferência de capital. A transferência de capital foi uma transferência que foi feita para colmatar o investimento que fizeram em despesas de capital ou despesas de investimento, que se cifrou em 34.593€. Receberam 15 mil euros mas conseguiram mesmo assim investir 34.593€.-----

---O Sr. Arnaldo Marques disse que esta diferença talvez se deva ao que o governo PSD/CDS impôs às Câmaras Municipais sobre as transferências para as juntas de freguesia e nada tem a ver com a Câmara Municipal de Vila Franca.-----

---O Sr. André Nunes disse que está percebido o contexto em que este Executivo trabalhou no ano de 2015 e tem trabalhado durante estes dois anos. Estão a falar de um corte de uma verba superior a 10%, em dois anos de transferências da Câmara Municipal para o executivo da Junta de Freguesia. Estão a falar de uma transferência de 15 mil euros de receita de capital quando este Executivo, e está aqui nas contas que o Sr. João Trindade tem dificuldade em perceber, está a falar de despesas de capital realizadas pela Junta de Freguesia na ordem dos 34 mil euros. Ou seja, mais do dobro do valor que foi aqui falado dos 15 mil euros, na tentativa de quase que purificar a Câmara Municipal pela obra que este Executivo tão bem tem realizado nestes anos de mandato. Podem estar a falar de cortes do governo e do erário público central para as autarquias, mas não se podem esquecer que estão a falar de uma Câmara Municipal que se orgulha de ter um excedente de gestão superior a 15 milhões de euros. Pensa que o valor correcto seja na ordem dos 17 milhões, mas estão seguramente a falar de

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

mais de 15 milhões, tendo em conta que em 2014 já tinha existido um excedente de 22 milhões de euros. Não estão a falar de esmolas de 15 mil euros. Estão a falar de milhões. A apreciação da bancada da CDU não podia ser mais do que a de louvar todo o trabalho realizado por este Executivo durante o ano de 2015, bem como os anteriores, mas isso já foi referido. Deseja também as maiores felicidades na continuação deste trabalho porque é de todo o interesse dos vilafranquenses existir o rigor que existe neste Executivo. A apreciação é mais que positiva por parte da bancada da CDU em relação a este relatório de contas e relatório de gestão.-----

---Não havendo mais pedidos de intervenção, o ponto foi colocado a votação tendo sido aprovado por maioria com 8 votos favoráveis (6 da CDU e 2 da CNR) e 4 abstenções do PS.-----

---Entrou-se no Ponto 3: Aprovação da 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento da Receita e da Despesa 2016.-----

---O Sr. João Trindade pediu a palavra para dizer que gostaria de saber se o que está aqui em causa é a reconciliação do saldo transitado.-----

---O Sr. Presidente da Junta pediu que o Sr. João Trindade clarificasse a questão que colocou.-----

---O Sr. João Trindade disse que estão a apresentar a primeira revisão do plano plurianual de investimentos e orçamento da receita e despesa de 2016. Gostaria de saber porque há esta alteração ao plano, qual a necessidade desta revisão.-----

---O Sr. Presidente da Junta respondeu dizendo que a alteração se deve à integração do saldo.-----

---Não havendo mais pedidos de intervenção, o ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado por maioria com 8 votos a favor (6 da CDU e 2 da CNR) e 5 abstenções da bancada do PS.-----

---Passou-se ao Ponto 4: Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais (situação em 31 de Dezembro de 2015).-----

---Não havendo pedidos de intervenção, passou-se ao Ponto 5: Aprovação da 1.ª Alteração ao Regulamento de Taxas e Preços da Freguesia de Vila Franca de Xira.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse estar disponível para responder às questões levantadas pelas bancadas.-----

---O Sr. João Trindade disse que gostaria de saber quais são as alterações, uma vez que o ponto foi apresentado sem qualquer nota introdutória.-----

---O Sr. Presidente da Junta deu a palavra ao Sr. João Conceição, que começou por dizer que as alterações introduzidas não carecem de nota introdutória porque resultam única e exclusivamente da aplicação de 0.5 de inflação produzido no ano de 2016.-----

---O Sr. João Trindade disse que na Assembleia anterior foi trazida à discussão a possibilidade da isenção de taxas por ocupação de via pública em situações de reabilitação urbana. O pronunciamento das bancadas e do Executivo sobre essa proposta avançada pela bancada do PS, é conhecido. A pergunta que a bancada do PS tem para fazer ao Executivo, é porque é que esta alteração à tabela de taxas não previu já essa isenção ou comparticipação de valores em situações de reabilitação urbana, uma vez que foi uma proposta acolhida também por parte do Executivo, a par de algumas decisões que foram tomadas pelos executivos do concelho.-----

---Interveio o Sr. João Conceição dizendo que agradece a pergunta pois é pertinente. A ocupação da via pública é uma competência delegada pela Câmara Municipal, não é uma competência própria da Junta de Freguesia. Por isso, no artigo 3.º, no n.º 1 é dito que "*Estão isentos do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, todos aqueles que beneficiem de isenção prevista em outros diplomas*". Não haveria necessidade de fazer uma alteração, quando o actual regulamento contempla com

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

base naquilo que não é uma competência própria, mas sim uma competência delegada pela Câmara Municipal, a possibilidade de isenção prevista noutros diplomas, nomeadamente naqueles que a entidade que é a que tem a competência própria, os efectivar. Não há necessidade de fazer uma alteração e uma nova publicação em Diário da República e colocar em consulta pública durante sessenta dias uma tabela de taxas e um regulamento, que era o que implicaria inserir um novo ponto especificamente para uma situação que já lá está e que, efetivamente, daqui a um tempo é uma acção política da Câmara Municipal, e bem, na reabilitação urbana, mas não sabem quantos anos isso vai durar. Portanto, estar a colocar algo na tabela só especificamente para reabilitação urbana e daqui até 2017 ter que retirar porque a Câmara afinal, eventualmente, não a concretizou como outras coisas que tem prometido e não tem concretizado, pensa que era gastar dinheiro inusitadamente.-----

---O Sr. João Trindade disse que esta questão já foi aqui discutida noutra assembleia e continuam a "bater na mesma tecla". O Executivo acha que isto é da competência da Câmara, acha inclusivamente que não vale a pena estar a fazer alteração porque o que a Câmara diz hoje, pode não dizer amanhã e portanto a situação mantém-se como está. Pensa que o Executivo é conhecedor do programa "Reabilitar Consigo" e é conhecedor das decisões que já foram tomadas por outros executivos camarários e que foram trazidas à Assembleia Municipal. Aquilo que conclui, de uma forma clara e concreta, é que este Executivo não está para aí virado e não quer, nem tem vontade de fazer qualquer alteração e benesse no que diz respeito a esta matéria.-----

---A Sr.ª Isabel Estevinha disse que sobre esta matéria já conversaram noutros momentos, mas parece que as conversas morrem e não têm consequência. Já aqui disse uma vez que a delegação que as juntas recebem em relação às taxas, é uma delegação e não uma imposição. A Junta tem a competência para as aplicar mas não é obrigada a aplicá-las, o que são duas coisas completamente diferentes. Uma coisa é aquilo que existe por parte das competências da Câmara Municipal no âmbito do incentivo à recuperação e regeneração urbana, que é a isenção de taxas urbanísticas. As taxas de ocupação da via são da competência da Junta de Freguesia e é a Junta que decide se colabora nesse plano de desenvolvimento e de incentivo à recuperação urbana, ou não. Na última sessão, foi aqui dito por este Executivo que seria uma medida do interesse dos fregueses e do próprio edificado. A estranheza da bancada do PS é que depois desse acto de contrição do Executivo em relação a uma primeira fase em que o tinham negado, agora quando chegam a vias de facto, volta a não aparecer. Não podem remeter para a Câmara, porque a questão da ocupação da via é uma competência delegada na Junta e é a Junta que tem que decidir se a aplica ou não, se quer colaborar neste esforço colectivo de incentivo aos cidadãos no sentido de terem melhores condições para reabilitar aquilo que é o seu património, ou não. Decidiram não o fazer, decidiram não dar essa ajuda, essa contribuição - é legítimo, tem é que se assumir.-----

---Interveio o Sr. João Conceição dizendo que mencionar uma mentira várias vezes não a torna verdade. Não se pode construir um texto com base numa mentira, com base num acto de contrição que nunca houve aqui, com base numa interpretação que é a da bancada do PS, não é a interpretação desta Junta. Não reconhece à bancada do PS, e nomeadamente à eleita Isabel Estevinha, competência jurídica para colocar em causa um parecer que têm por parte da jurista que dá assessoria à Junta. Obviamente, que é uma competência da Câmara e que está delegada na Junta. Mas não é isso que está em discussão. O ponto 1 do artigo 3.º estabelece a forma como esta Junta de Freguesia pode isentar todos aqueles que beneficiem de isenção prevista em outros diplomas. Ora, se a Câmara Municipal está a fazer uma acção onde isenta um conjunto

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

de taxas que tem a ver com a reabilitação urbana, porque é que a Junta de Freguesia, com base na interpretação correcta de uma jurista de um documento que existe da Câmara, não fará a isenção a quem a requerer porque tem um processo a decorrer na Câmara ao abrigo da reabilitação urbana? Até seria estúpido da parte da Junta não o fazer. Iam pôr-se a jeito de alguém fazer uma reclamação? Não desvirtuem aquilo que é dito. Não repitam mentiras sobre mentiras, tentando pôr na boca deste Executivo coisas que nunca foram ditas. Nunca na sua intervenção o ouviram dizer que a Junta de Freguesia não estaria interessada em cooperar com os fregueses. Não é necessário colocar no regulamento nada mesmo específico porque ele já foi bem construído anteriormente.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse que mais uma vez, verbalmente, o Sr. Presidente da Câmara, na sua alocução relativa a estes projectos, disse que esperava que as Juntas de Freguesia o acompanhassem nesta ideia. Foi dito por si ao Sr. Presidente da Câmara que naturalmente que o fariam. E não há nada neste documento que não retrate essa posição.-----

---A Sr.ª Ana Cristina disse que não irá fazer um parecer jurídico pois não lhe pagam para isso, nem é essa a sua função na Assembleia. No entanto, gostaria de fazer uma clarificação àquilo que foi dito pela Sr.ª Isabel Estevinha. A Sr.ª Isabel não acusou o Executivo de não estar disponível para colaborar no esforço de reabilitação urbana, dentro de uma área de reabilitação urbana que até é extensa, como é a de Vila Franca que é das mais extensas que foram delimitadas. Também gostaria de dizer que não é uma acção política da Câmara, é uma acção política municipal. As áreas de reabilitação urbana foram aprovadas não só pelo Executivo camarário, mas também na Assembleia Municipal. Portanto, todas as forças políticas, umas mais a favor outras menos a favor, se manifestaram sobre esse projecto e as áreas foram delimitadas, foram aprovadas e estão em vigor. Quanto às taxas e a esse dito parecer ao qual gostaria de ter acesso, referiu que os pareceres não fazem lei. Os pareceres são opiniões. Os pareceres não vinculam. Sobre uma questão jurídica nem sempre há unanimidade. As questões não são unívocas. Pode haver mais do que uma interpretação. A sua não coincide com a do Executivo. O Executivo deveria prever aqui uma taxa de ocupação de via pública por motivo de obras de reabilitação urbana, trariam a proposta e seria a Assembleia a aprová-la ou não. E até podia não ser isenção. Sabe de outras freguesias que já deliberaram sobre estas matérias e não deliberaram no sentido da isenção, mas sim de uma redução substancial da taxa. Não é posição da bancada do PS dizer que o Executivo está contra.-----

---A Sr.ª Isabel Estevinha disse que na sessão da Assembleia onde se discutiu esta questão das taxas, a bancada do PS (ainda a Assembleia Municipal e os órgãos municipais não tinham tomado esta posição), fez essa proposta – porque não colaborar com os fregueses fazendo uma isenção, um benefício, algo que de facto motive as pessoas ou que lhes possa ajudar para intervirem de forma positiva no seu património. E a resposta taxativa do Sr. João Conceição foi *"Isso não é possível fazer porque essa competência foi-nos dada pela Câmara Municipal e como tal têm que a aplicar"* e já na altura, o PS disse que as competências existem mas a sua gestão é do órgão que as recebe. Na acta da última sessão, na página 6, houve uma intervenção do Sr. Miguel Falcão que disse preocupado com a questão da degradação: *"Tem certas condições e obrigações para quem vai reabilitar que têm que ser cumpridas. Pensa que faz algum sentido que a Junta de Freguesia possa também contribuir dentro da freguesia, ajudando a que essa reabilitação seja feita, desde que sejam cumpridos os requisitos que foram aprovados para essa reabilitação."* O Sr. Presidente da Junta respondeu dizendo que *"Estando esta Junta de Freguesia constantemente preocupada com a*

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

recuperação do património, havendo uma acção deste tipo com a qual estão obviamente de acordo, naturalmente dará o seu contributo nessa mesma intervenção e recuperação.” Nessa sessão, a bancada do PS nem sequer assinalou a contradição do Executivo. Agora, quando foi a revisão da tabela de taxas, o que pensava é que esse sentido justo, respondendo ao apelo da bancada da CNR, fosse reflectido no regulamento. E não o viram. Manifestando essa estranheza, aqui o dizem. E depois, estranhamente, a resposta é exactamente a mesma da primeira sessão – não está cá porque é uma competência delegada e quem a aplica é a Câmara e a Câmara já tem um diploma. Mas a Câmara tem um diploma com os seus contornos próprios. O cidadão comum não tem que saber a que diploma se referem quando lê as taxas. O cidadão comum deve ler o descritivo da taxa e saber que há uma Junta que está disponível para o ajudar. Isso é que é importante.-----

---O Sr. João Conceição disse que cada um dá o seu parecer, os pareceres não fazem lei e nem sequer irá discutir essa questão. Não é especialista. A eleita Ana Cristina fez parte de executivos anteriores e o passado fala por si. Nesta tabela de taxas e neste regulamento já está prevista a isenção. Qualquer freguês que se dirija a esta Junta de Freguesia solicitando a isenção por fazer uma obra de reabilitação, e sendo isso uma decisão do órgão de gestão, o Executivo decidirá com base no que aqui está. Não irá alimentar folclores. Quando à bancada do PS lhe falta condição de discussão e lhe pesa as costas pelo passado, inventa folclore. Não há por parte desta Junta de Freguesia nenhuma dúvida de que, ao isentarem ao abrigo do que consta no regulamento, não estarão a cometer nenhuma ilegalidade. Já o passado, não sabe relativamente a algumas decisões tomadas por executivos do PS. Mas a história encarregar-se-á de provar isso. Não têm nenhuma dúvida que enquanto órgão de gestão podem isentar, ao abrigo do que está neste regulamento, qualquer requerimento feito nesta Junta de Freguesia para ocupação da via pública para obras de reabilitação. Até ao momento, infelizmente para a reabilitação de Vila Franca, não receberam qualquer pedido. Se calhar falta propaganda da Câmara Municipal para que as pessoas possam fazer a sua reabilitação, ou então, falta dinheiro às pessoas para o fazerem.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse que se alguém aparecer a querer fazer uma melhoria qualquer ao abrigo desta questão que aqui estão a abordar, podem todos ficar descansados que a pessoa verá com certeza isso acontecer. Mas não tem necessariamente que estar escrito. Não precisam que isso esteja escrito da forma que a bancada do PS quer para cumprirem essa ideia.-----

---A Sr.^a Ana Cristina pediu a palavra para dizer que não gosta de responder a acusações que não têm a ver com a discussão. Está perfeitamente tranquila com o seu passado no executivo e com o trabalho que fez enquanto eleita. E como tal, essa “carapuça” não a enfia. O Sr. João Conceição até a conhecia na altura, portanto, acha que nem tem nenhuma razão para dizer o que disse. Quanto às taxas, pensa que aquilo que o Executivo está a dizer é que aplicam a isenção por remissão para outro diploma. A questão é que não está a perceber que diploma é esse para o qual remetem. As isenções que estão previstas nas áreas de reabilitação urbana delimitadas passam por reduções de taxas, mas não são as taxas que estão na disponibilidade da Junta – são taxas urbanísticas que estão na disponibilidade exclusiva da Câmara Municipal. E essas, a Câmara e a Assembleia Municipal deliberaram isentando ou reduzindo. No caso até nem são isenções, são reduções de taxas. As taxas que estão na disposição das Juntas de Freguesia, a Câmara não deliberou pois não pode. Portanto, quando falam em remissão para um diploma percebe que seja um diploma que preveja essa isenção e esse diploma não existe.-----

---O Sr. André Nunes disse que afinal não estava enganado, parece que estão mesmo

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA

numa peça de teatro e o PS persiste em não ler o guião. Então não é do conhecimento que no direito se podem fazer remissões para diplomas e usar de forma análoga esta questão? Estranha virem falar e exigir que o Executivo pratique uma isenção total de taxas, quando o executivo camarário apenas faz uma redução. Em relação à aprovação do regulamento, a bancada da CDU está na total posse de informação para poder aprovar e pensa que isto já ultrapassou toda a discussão possível porque há acusações e as pessoas já nem pedem a palavra para intervir.-----

---O Sr. Presidente da Assembleia pede para que se centrem na discussão do ponto.---

---A Sr.ª Isabel Estevinha disse que para que não haja mais equívocos, nunca passaria pela cabeça da bancada do PS substituir-se às competências da Junta de Freguesia em deliberar sobre o modo de ajudar os fregueses. Podem isentar, podem reduzir, podem flutuar dentro do que são os parâmetros e os intervalos que estão definidos. Há respeito institucional pelas competências de cada um. Gostariam de ver a vontade que o Executivo manifestou, e bem, de contribuir para a recuperação dos imóveis degradados, reflectida no regulamento. No entender da bancada do PS, não é com o ponto 1, que é uma coisa genérica que aponta para deliberações dentro do âmbito de competências de execução da Câmara, até porque a Junta tem as suas e deve exercê-las. Aí está o exemplo de uma competência que é delegada e que a Junta não está a aproveitar essa competência. Era isso que devia ser feito a bem dos fregueses. Como é óbvio, o regulamento de taxas e licenças é um guião para não haver decisões discricionárias. Não é por requerimento deste ou daquele que se pode decidir. Por isso é que existe um regulamento, senão ele não fazia falta. Para o cidadão que consulta o regulamento de taxas e que quer fazer uma intervenção, o que ele vê lá é que a Junta de Freguesia não explicita nenhum apoio a essa situação porque ninguém percebe o que é isso do diploma. Pensa que isto poderia e deveria ter sido feito pois vai de encontro ao desejo que a Junta tem. Não estão sequer em oposição. A sua única posição aqui é que deveria estar explicitado porque é competência da Junta, e no sítio próprio que é no regulamento de taxas.-----

---Não havendo mais pedidos de intervenção, o ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado por maioria com 8 votos a favor (6 da CDU e 2 da CNR) e 5 votos contra do PS.-----

---De seguida, passou-se à leitura da acta em minuta a qual foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.-----

---A sessão foi encerrada pelas vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos.-----